



Referente ao PL nº 92/2025

Porto Alegre, 25 de julho de 2025.

Informação nº 1731/2025

Interessado: Município de Três Passos/RS – Poder Executivo.
Consulente: Caroline Zug, Diretora de Leis.
Destinatário: Prefeito Municipal.
Consultores: Tiago Córdova e Júlio César Fucilini Pause.
Ementa: Análise de anteprojeto que “Restringe o consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos do Município [...]”. Iniciativa do Prefeito. Viabilidade. Considerações.

Através de consulta registrada sob o nº 46.878/2025, é solicitada análise do anteprojeto, de iniciativa do Prefeito, que “Restringe o consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos do Município [...]”.

Passamos a considerar.

1. Da competência para legislar sobre a matéria.

A Constituição Federal – CF, em seu art. 18¹, garante ao Município autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local (autoadministração e autogoverno). Nesse sentido a afirmativa do Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 1.842:

A CF conferiu ênfase à autonomia municipal ao mencionar os Municípios como integrantes do sistema federativo (art. 1º da CF/1988) e ao fixá-la junto com os Estados e o Distrito Federal (art.

¹ Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. [...]



18 da CF/1988). **A essência da autonomia municipal contém primordialmente (i) autoadministração, que implica capacidade decisória quanto aos interesses locais, sem delegação ou aprovação hierárquica; e (ii) autogoverno, que determina a eleição do chefe do Poder Executivo e dos representantes no Legislativo.** O interesse comum e a compulsoriedade da integração metropolitana não são incompatíveis com a autonomia municipal. O mencionado interesse comum não é comum apenas aos Municípios envolvidos, mas ao Estado e aos Municípios do agrupamento urbano. (ADI 1.842, rel. min. Gilmar Mendes, j. 6-3-2013, P, *DJE* de 16-9-2013.) (grifamos)

Esse poder de autoadministração se consolida no disposto no art. 30, inciso I, da Constituição Federal – CF, ao estabelecer que:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
[...]

Indubitavelmente, estão compreendidos nos assuntos de interesse local aqueles que dizem respeito à proteção aos valores da ordem pública, direito ao sossego, ambientais e proteção à criança e ao adolescente, bem como voltada à defesa do meio ambiente, com reflexos na saúde coletiva, afirmativa que conduz à conclusão de que é do Município a competência para legislar sobre tal matéria – vedação/restrição ao consumo de bebidas alcóolicas nos logradouros públicos.

2. Da iniciativa para propor o Projeto de Lei.

Assentada a competência do Município para legislar sobre os servidores públicos locais, destacamos que a Constituição Federal prevê no art. 61, §1º, II, alíneas “b” da CF², aplicado ao Chefe do Executivo Municipal em razão do

² Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República,

princípio da simetria, que cabe ao Prefeito Municipal a reserva de iniciativa para dispor sobre a organização administrativa do serviço público:

Desta feita, adequada a iniciativa do presente projeto, pelo Prefeito, uma vez que o exercício da competência legislativa suplementar, orientado pela preponderância do interesse local, para além da matéria decorrente do poder de polícia do Município, é de competência deste Poder.

3. **Dos aspectos materiais.**

Como ressaltado, o Município é ente autônomo capaz de reger as matérias que lhe são atribuídas nos termos da Constituição Federal. Nestas hipóteses incluem-se a prerrogativa de dispor sobre a sua organização da estrutura administrativa e poder de polícia.

Aliás, mesma matéria já vem sendo legislada por outros municípios:

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 12.744/2018, de Londrina. **Vedação ao consumo de bebidas alcóolicas nos logradouros públicos de Londrina, entre 22 (vinte) e 8 (oito) horas. Exercício da competência legislativa suplementar, orientado pela preponderância do interesse local. Artigo 30, incisos I e II, da Constituição da República. Adequação da norma questionada aos ditames da Política Nacional sobre o Alcool (Decreto nº 6.117/2007). Proteção aos valores da ordem pública, direito ao sossego, ambientais e proteção à criança e ao adolescente. Norma adequada aos fins tencionados. Limitações ao exercício da liberdade individual justificadas em razão do alto benefício social advindo. Restrição mínima às liberdades individuais. Precedentes deste Órgão Especial (AI nº**

ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

II—disponham sobre:

[...]

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;



1.469.541-9 e AI nº 642.033-1). Constitucionalidade afirmada. Ação julgada improcedente. (TJPR - Órgão Especial - AI - 1747727-1 - Curitiba - Rel.: Desembargador Hamilton Mussi Corrêa - Por maioria - J. 18.03.2019) (TJ-PR - ADI: 17477271 PR 1747727-1 (Acórdão), Relator.: Desembargador Hamilton Mussi Corrêa, Data de Julgamento: 18/03/2019, Órgão Especial, Data de Publicação: DJ: 2525 28/06/2019) (destacamos)

4.

Da Legística.

A Lei Complementar nº 95, de 26/02/1998 “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.” A partir das premissas da LC nº 95/1998, então, verificamos que os dispositivos do anteprojeto se encontram conforme, ressalvado o quanto segue:

4.1

No art. 1º, não há que se falar em “projeto de lei”, como constou, mas em lei propriamente, haja vista o texto já tratar da redação final. Sugere-se, portanto:

Art. 1º A presente lei estabelece as diretrizes para o consumo de bebidas alcoólicas nos logradouros públicos, bem como o funcionamento dos estabelecimentos de tele entrega e lojas de conveniência que comercializam bebidas alcoólicas, visando a promoção da segurança, responsabilidade e prevenção de problemas relacionados ao consumo irresponsável de bebidas.

5.

Da conclusão.

Diante de todas as considerações jurídicas apresentadas, opinamos pela viabilidade do anteprojeto que “Restringe o consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos do Município [...]”.

É a informação.



Pause & Perin - Advogados Associados

Somar experiências para dividir conhecimentos

OAB/RS 7.512

Documento assinado eletronicamente

Tiago Córdova
OAB/RS nº 71.570

Documento assinado eletronicamente

Júlio César Fucilini Pause
OAB/RS nº 47.013



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme o art. 1º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 11.419/2006, de 19/12/2006. Para conferência do conteúdo, acesse, o endereço www.pauseperin.adv.br/verificador.php ou via QR Code e digite o número verificador: 948356280902102538

